

LD Celulose S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>7</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>

## **Relatório da Administração**

A LD Celulose S.A. é uma joint venture entre a austríaca Lenzing Aktiengesellschaft e a brasileira Dexco S.A, com participação de 51% e 49%, respectivamente.

O Grupo Lenzing, com sede na Áustria, é um dos principais produtores de fibras de celulose. Mantém operações em 21 localidades e emprega mais de 8.300 pessoas no mundo todo. Possui 3 unidades de produção de celulose solúvel com capacidade de produção total é de 1.1 milhão de toneladas/ano. Com 9 fábricas para produção de fibras, com diversas aplicações, tem capacidade total de produção de 1 milhão de toneladas.

A Dexco S.A. é uma empresa brasileira de capital aberto, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A - e Companhia Ligna de Investimentos. Com as marcas Deca, Hydra, Duratex, Durafloor, Ceusa e Portinari, é considerada uma das 10 maiores empresas do mundo nos setores em que atua e a maior produtora de painéis e pisos de madeira industrializados, louças sanitárias e acessórios de metal do Hemisfério Sul, além de ser um dos maiores produtores de ladrilhos cerâmicos do Brasil.

A Companhia foi formada para a construção de uma das maiores fábricas de celulose solúvel do mundo. Com investimento de US\$ 1,3 bilhão, a planta foi erguida entre os anos de 2020 e 2022, no Triângulo Mineiro, no Município de Indianópolis, iniciando sua operação em Abril de 2022. A capacidade produtiva é de 500 mil toneladas de celulose solúvel por ano. Toda a celulose solúvel tem como destino o mercado externo onde é transformada para a utilização em fios e tecidos para roupas, além de outras aplicações, como lenços umedecidos, máscaras faciais e produtos de higiene.

Além da fábrica de celulose solúvel, a LD Celulose contém uma usina de cogeração de energia elétrica com capacidade de 144 megawatts. A usina de cogeração está entre as mais produtivas e as de maior eficiência energética do mundo, direcionando 40 por cento do excedente da eletricidade gerada no local para abastecer a rede pública com energia verde.

A LD Celulose também possui uma operação florestal, no qual planta e faz o manejo de florestas de eucalipto que são destinadas ao abastecimento da planta de produção de celulose.

### **Cenário**

O ano de 2022 foi o ano em que a pandemia do Covid-19 foi controlada, o conflito na Ucrânia começou e o programa Chinês de controle da pandemia do Covid-19 levou o mundo a uma desaceleração econômica global com altas taxas de juros por mais tempo. No Brasil, o destaque ficou com a estabilização da inflação e leve declínio, além de um segundo semestre bastante agitado por conta da eleição presidencial.

O Projeto Amadeus foi impactado pela pandemia de Covid-19, mas em menor número de contaminações devido a todas medidas implementadas, aliadas a uma forte campanha de vacinação durante 2022.

O start-up ocorreu de acordo com o planejado e amparado por um forte plano de recuperação para manter a meta de início das operações em Abril de 2022. Os preços mais altos dos produtos químicos e a taxa de juros elevada, afetaram fortemente os resultados no primeiro ano de operação.

## **Área Florestal**

A LD Celulose detém atualmente um maciço florestal com mais de 40 mil ha plantados e situados próximos a fábrica, onde se localizam as florestas que serão destinadas ao abastecimento industrial.

O ano de 2022 foi marcado pelo início da operação de colheita e transporte florestal, acompanhando o início das operações da unidade industrial. Foram investidos R\$ 17,5 milhões de reais na continuidade do programa de aquisição de equipamentos para a colheita. Durante todo o ano, as duas operações estiveram alinhadas com a demanda de madeira, manutenção da idade média de corte e entrega da madeira em toras na fábrica, mantendo a estabilidade no abastecimento.

As operações silviculturais estão ocorrendo conforme cronograma, a fim de assegurar a quantidade e qualidade esperada da madeira para o processo industrial. Na formação e manutenção das florestas foram investidos em 2022, aproximadamente R\$ 68 milhões de reais e, na compra de florestas de eucaliptos em formação, aproximadamente R\$ 36,6 milhões de reais.

## **Projeto Amadeus**

A LD Celulose denominou o projeto de construção de sua planta de celulose como Projeto Amadeus. O projeto foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019.

O Brasil é um dos países produtores de celulose mais competitivos do mundo devido, sobretudo, à disponibilidade de terras de alta qualidade, ao solo e condições climáticas favoráveis e à alta produtividade florestal.

O investimento feito está ajudando a fortalecer a competitividade da indústria de celulose no Brasil e está fomentando a criação de empregos na região.

Além disso, a usina de cogeração da LD Celulose está contribuindo para o aumento da participação de biocombustíveis sustentáveis e energia renovável na matriz energética brasileira, melhorando a sua diversificação e contribuindo para o esforço local de mitigar as mudanças climáticas.

No primeiro trimestre de 2022, os avanços no cronograma permitiram definir o início da operação para meados de Abril. Na perspectiva financeira, a estimativa de custo para a conclusão do projeto se manteve de acordo com o orçamento original de US\$ 1,3 bilhões. No mês de Fevereiro o projeto atingiu a mobilização de mais de 9.500 trabalhadores no pico máximo, cerca de 26 milhões de horas trabalhadas e apenas 5 acidentes com afastamento reportados.

## **Operação**

O início da operação da LD Celulose foi em 12 de Abril de 2022, conforme o cronograma ajustado e com produção e qualidade acima do esperado para aquele momento. Os meses seguintes foram de aprendizado, ajustes nos processos, ajustes nas ilhas de produção e aumento gradual da produção e da qualidade do produto.

Em setembro de 2022, a produção superou a marca de 75% da capacidade nominal e portanto, a fase de pré-operação foi concluída e a LD Celulose passou para a fase operacional. No mês seguinte, iniciou-se a depreciação da unidade industrial.

O último trimestre de 2022 foi marcado pelo aumento crescente da produção, atingindo 92% da capacidade nominal em Dezembro e pela qualidade do produto produzido atingindo 100% da

qualidade esperada nos últimos dois meses do ano.

### **Financiamento do projeto**

Os recursos para a execução do projeto foram divididos em capital dos acionistas em 37%, dos quais 100% já foram integralizados até 2022, e financiamento de terceiros de 63%, com 98% já desembolsados até 2022.

Em junho de 2020, a LD Celulose captou junto ao IFC e IDB e a agência de crédito Finnvera, um financiamento de US\$1,1 bilhão. Esse pacote é composto por três partes: (i) um pacote de financiamento de US\$ 500 milhões liderado pelo IFC; (ii) um financiamento de US\$ 500 milhões liderado pelo IDB Invest; e (iii) um empréstimo "door to door" de US\$ 147 milhões, de instituições financeiras apoiadas pela agência finlandesa de crédito à exportação Finnvera.

Em 2020, esse financiamento conquistou duas nomeações no prêmio "Project & Infrastructure Finance Awards" da LatinFinance, que anualmente seleciona os melhores investimentos em infraestrutura da América Latina e Caribe. Em 2022, o projeto conquistou o segundo lugar na categoria "Transformational Climate Change Solutions", do Transformational Business Awards, organizado pelo jornal inglês The Financial Times e pelo banco mundial - International Finance Corporation (IFC) e também recebeu a Highly Commended, comenda que reconhece projetos, empresas e instituições que se destacam em suas áreas de atuação. Estes prêmios garantem à LD Celulose reconhecimento internacional e que seu projeto caracteriza-se pela excelência e comprometimento com questões sociais, ambientais e de sustentabilidade.

### **Gestão de pessoas**

A LD Celulose terminou o ano de 2022 apresentando um quadro de 1.004 colaboradores, considerando administrativos, operação industrial e florestal e, equipe de manutenção, um número superior aos 771 colaboradores ao final de 2021. Essa evolução está aderente ao seu plano de contratações e treinamentos para que fosse possível iniciar as operações em Abril de 2022.

### **Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**

A LD Celulose mantém acordos de acionistas que estabelecem políticas de distribuição de dividendos e reinvestimentos de lucros, sempre em conformidade com as disposições estatutárias e da Lei das S.A. Além das reservas previstas por lei, a Companhia também se obriga a manter uma reserva para investimentos e capital de giro, limitada a 20% do capital social, conforme permitido no artigo 194 da Lei das S.A.

A política de distribuição de dividendos estabelece que o lucro líquido anual da Companhia deve ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à sua participação no capital social da empresa, como dividendo anual. A distribuição é determinada de acordo com a relação entre a dívida líquida anual e o EBITDA anual auditado da Companhia. Se a relação for inferior a 1,00, todo o lucro líquido pode ser distribuído aos acionistas, enquanto que, se a relação for superior a 2,50, o lucro líquido pode ser transportado para o ano fiscal subsequente e alocado nas Reservas de Lucro da Companhia ou em Investimentos e Reserva de Capital de Giro, conforme decidido pelos acionistas. Caso a relação fique entre 1,00 e 2,50, a distribuição pode ser feita em parte aos acionistas, com o restante sendo transportado para o ano fiscal seguinte e alocado de acordo com a decisão dos Acionistas.

Em conformidade com a política de distribuição de dividendos da Companhia, não foram provisionados dividendos a pagar neste ano. O lucro líquido auferido em 2022 foi totalmente absorvido pelo prejuízo acumulado dos anos anteriores.

### **Audidores Independentes**

A LD Celulose S.A. informa que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não contratou serviços adicionais além da auditoria das suas demonstrações financeiras.

O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como base de clientes, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

### **Agradecimentos**

Agradecemos o apoio recebido dos acionistas, a dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria com todos os nossos fornecedores.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. dos Municípios, 146, SI-03  
1º andar - Tabajaras  
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil  
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil  
Telefone +55 (34) 3303-5400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da  
LD Celulose S.A.  
Indianópolis – Minas Gerais**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LD Celulose S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LD Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 20 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles



internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 26 de Abril de 2023  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC MG-008266/F-9



Fábio Roberto Elias Tymburibá  
Contador CRC 1SP214859/O-2

LD Celulose S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>ATIVO</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				Fornecedores	16	265.791	379.115
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	227.262	477.734	Salários e Encargos		20.998	12.035
Contas a Receber de Clientes	9	97.260	13.821	Empréstimos e Financiamentos	18	416.762	6.024
Estoques	10	280.550	9.100	Passivo de Arrendamento	14	2.448	979
Tributos a Recuperar	11	91.750	111.224	Instrumentos Financeiros Derivativos	26	8.941	53.881
Instrumentos Financeiros Derivativos	26	979	356	Imposto de Renda e Contribuição Social a P:	19	22.285	-
Outros Créditos	12	32.727	13.678	Tributos a Recolher		7.200	18.308
				Mutuo	18	7.039	-
				Outras Contas a Pagar	17	69.176	55.255
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>730.528</b>	<b>625.913</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>820.640</b>	<b>525.597</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a Recuperar	11	356.969	211.202	Empréstimos e Financiamentos	18	5.297.860	4.677.054
Instrumentos Financeiros Derivativos	26	207.882	-	Passivo de Arrendamento	14	267.758	234.700
Depósitos Judiciais		700	502	Instrumentos Financeiros Derivativos	26	-	12.250
Outros Créditos	12	1.367	1.462	Mutuo	18	5.406	93.278
Ativos Biológicos	15	710.873	605.721	Imposto de Renda e Contribuição Social Dif	19	118.945	34.143
Imobilizado	13	7.309.671	6.114.159	Provisões		205	144
Direito de Uso	14	282.482	271.283				
Intangível		16.768	9.801	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>5.690.174</b>	<b>5.051.569</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>8.886.712</b>	<b>7.214.130</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.510.814</b>	<b>5.577.166</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital Social	21	2.913.722	2.278.922
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		135.600	(55.769)
				Ajustes Acumulados de Conversão		183.032	313.166
				Prejuízos Acumulados		(125.928)	(273.442)
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>3.106.426</b>	<b>2.262.877</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.617.240</b>	<b>7.840.043</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.617.240</b>	<b>7.840.043</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**LD Celulose S.A.****Demonstração do Resultado**

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

( Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	22	<b>874.094</b>	<b>67.123</b>
Custo dos Produtos Vendidos	23	(344.280)	(132.606)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>529.814</b>	<b>(65.483)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Comerciais	23	(126.639)	-
Gerais e Administrativas	23	(110.847)	(77.778)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24	(10.502)	26.231
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>281.826</b>	<b>(117.030)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas	25	60.260	30.832
Despesas	25	(152.126)	(41.303)
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>(91.866)</b>	<b>(10.471)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>189.960</b>	<b>(127.501)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Correntes	19	(26.987)	-
Diferidos	19	(15.459)	3.333
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>147.514</b>	<b>(124.168)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**LD Celulose S.A.**

**Demonstrações do Resultado Abrangente**

**Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

**(Em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	147.514	(124.168)
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
Resultado não realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	251.273	622.579
Resultado realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	(59.904)	(313.309)
Ajuste de Conversão em Moeda Estrangeira	(130.135)	140.814
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<u><b>208.748</b></u>	<u><b>325.916</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

LD Celulose S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>		<b>2.077.920</b>	<b>(365.039)</b>	<b>172.353</b>	<b>(149.274)</b>	<b>1.735.960</b>
Integralização de Capital	21	201.001	-	-	-	201.001
Resultado do Exercício		-	-	-	(124.168)	(124.168)
Resultado não realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	26	-	622.579	-	-	622.579
Resultado realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	26	-	(313.309)	-	-	(313.309)
Ajuste de Conversão em Moeda Estrangeira	19	-	-	140.814	-	140.814
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>		<b>2.278.921</b>	<b>- 55.769</b>	<b>313.167</b>	<b>(273.442)</b>	<b>2.262.877</b>
Integralização de Capital	21	634.801	-	-	-	634.801
Resultado do Exercício		-	-	-	147.514	147.514
Resultado não realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	26	-	(59.904)	-	-	(59.904)
Resultado realizado das operações de Hedge de Fluxo de Caixa	26	-	251.273	-	-	251.273
Ajuste de Conversão em Moeda Estrangeira	21	-	-	(130.135)	-	(130.135)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>		<b>2.913.722</b>	<b>135.600</b>	<b>183.032</b>	<b>(125.928)</b>	<b>3.106.426</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**LD Celulose S.A.****Demonstração dos fluxos de Caixa****Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

	Nota	2022	2021
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>147.514</b>	<b>(124.168)</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização		109.311	5.644
Exaustão de ativo biológico	15	71.121	-
Apropriação de Juros sobre empréstimos e mútuos	18	72.453	6.825
Varição cambial não realizada		1.462	1.549
Atualização do valor justo dos ativos biológicos	15	(65.121)	(20.766)
Provisões		58	145
Provisão para redução ao valor recuperável de tributos a recuperar		11.458	5.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	15.459	(3.333)
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de clientes		(81.571)	(9.880)
Estoques		(265.637)	(6.055)
Impostos a recuperar		(156.085)	(244.600)
Outras contas a receber		(21.190)	11.708
Fornecedores		1.429	(44.389)
Impostos e contribuições a recolher		11.176	13.010
Adiantamento a fornecedores		-	101
Salários e benefícios		9.918	4.312
Outras contas a pagar		15.894	29.549
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(122.351)</b>	<b>(374.928)</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e arrendamentos		(225.243)	(136.982)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(347.594)</b>	<b>(511.910)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativo imobilizado		(1.275.398)	(3.185.310)
Venda de ativo imobilizado	13	-	2.085
Aquisição de ativo intangível		(9.873)	(5.040)
Adições de ativo biológico	15	(98.659)	(53.626)
Venda de ativos biológicos	15	45.509	43.355
<b>Fluxos de caixa usado nas atividades de investimento</b>		<b>(1.338.421)</b>	<b>(3.198.536)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de financiamentos e empréstimos	18	(118.709)	(47.279)
Pagamento de arrendamentos	14	(1.708)	(866)
Captação de empréstimos	18	1.357.356	2.941.805
Aportes de capital	21	634.801	201.001
<b>Fluxos de caixa decorrentes das (usado nas) atividades de financiamento</b>		<b>1.871.740</b>	<b>3.094.661</b>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>185.725</b>	<b>- 615.785</b>
Efeitos de variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa		(436.195)	402.280
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(250.470)</b>	<b>(213.505)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		477.734	691.239
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		227.262	477.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A LD Celulose S.A. (“Companhia”) tem sua sede, foro e domicílio no município de Indianópolis/MG, na estrada BR 365, KM 574, CEP 38.490-000. A Companhia é resultado da parceria entre Lenzing Aktiengesellschaft (“Lenzing”) e a Dexco S.A. (“Dexco”) e tem como objeto social a participação no capital de outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; a fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel; a extração de madeira e o cultivo de eucalipto e pinus; e atividade de geração de energia em regime de produção independente/auto produção.

Em 2022 a Companhia passou da fase pré-operacional para operacional e concluindo a construção de sua planta industrial em Indianópolis, Minas Gerais. A fábrica será responsável pela produção de Celulose Solúvel, com a finalidade de exportação. Durante o ano de 2022, a Companhia recebeu aportes de capital de seus, a Companhia recebeu aportes de capital de seus acionistas no montante de R\$ 634.800, sendo R\$ 323.748 da Lenzing e R\$ 311.052 da Dexco.

A Companhia captou recursos através de financiamentos de longo prazo junto aos bancos internacionais IFC – International Finance Corporation, IDB – Inter-American Investment Corporation e Finnvera no montante total de até US\$ 1.147.000, aprovado em 29 de maio de 2020. Os recursos obtidos serão utilizados para financiar a construção da fábrica de celulose solúvel.

Em 31 de dezembro de 2022, a LD Celulose apresentou um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 67.826. Esse fato ocorreu devido à reclassificação da parcela a pagar dos empréstimos contraídos para a construção da fábrica para o curto prazo. A liquidação das obrigações de curto prazo será garantida pelo início dos processos produtivos da fábrica em consequente crescimento das vendas de celulose no mercado externo.

Este ano, LD Celulose S.A começou a exportar celulose pasta para o cliente Pulp Trading, uma empresa do grupo Lenzing, num total de R\$ 761.385. Tivemos operações de venda que totalizaram R\$ 65.292 com a associada Duratex e R\$ 61.370 com a associada Ld Florestal S.A, de acordo com a Nota Explicativa 20.

A Companhia possui suporte financeiro das sócias Lenzing e Dexco em caso de eventual aporte financeiro adicional até que entre em operação.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria responsável em 26 de abril de 2023.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão sendo apresentados na nota

explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

#### **a. Moeda funcional**

A Companhia possui moeda funcional dólar americano, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 2 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

A Administração, após análise das operações e negócios da Companhia, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar (“US\$” ou “dólar”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de venda de produtos;
- Suas exportações serão realizadas em Dólar;
- Moeda que influencia fatores como os custos de fretes marítimos, matérias-primas e outros custos para o fornecimento de bens;
- Moeda por meio da qual são originados os recursos das atividades de financiamento; e
- Moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais serão usualmente acumulados.

Os valores em reais apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia foram mensurados utilizando-se a moeda funcional dólar, que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como é, de fato, administrada.

#### **b. Moeda de apresentação**

Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do exercício;
- Contas do resultado, do resultado abrangente, e da demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido denominada “Ajustes acumulados de conversão”.



#### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 14 - Prazo do arrendamento:** Se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

##### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 15- Ativo Biológico :** Determinação do preço de venda da madeira (fair value);
- **Nota 19 – reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro;**
- **Nota 26 – Instrumentos financeiros (valor justo).**

#### **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

#### **6 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas são aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário nessa mesma nota explicativa.

**a. Moeda estrangeira**

**(i) *Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da conversão de hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) *Reconhecimento e mensuração inicial***

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- A questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

*Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (porexemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou

perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos.

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: s mensurados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, e custo amortizado.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge,

incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

#### *Hedges de fluxo de caixa*

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*.

Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

#### **c. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por reservas florestais e são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

#### **d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / despesas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A depreciação ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

**e. Ativo intangível**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(i)**

**f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(ii) Ativos financeiros não derivativos**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos

com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**g. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.



São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**h. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

**i. Receita operacional**

**(i) Venda de produtos e serviços**

A receita proveniente de vendas de produtos são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência dos riscos e benefícios da propriedade dos bens para o comprador. Por outro lado as receitas geradas pela prestação de serviços são reconhecidas na efetiva realização destes.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A conclusão da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

**j. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, variação cambial ativa, acréscimos moratórios incidentes sobre serviços prestados, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas como juros, variação cambial passiva e perdas com operações financeiras com derivativos, que estão reconhecidos no resultado.

**k. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais, base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**l. Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis a construção da fábrica de celulose são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**m. Mensuração de valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**n. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**o. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de

início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação, se exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste

correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**(ii) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui nenhum contrato no qual seja arrendadora.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência- Fase 2 (Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC11, CPC 06:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha R\$ 5.217.700 em empréstimos bancários indexados em LIBOR que serão objeto da reforma do IBOR. A Companhia espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SOFR até junho de 2023 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía hedges de fluxo de caixa do risco LIBOR. A Companhia espera que a indexação dos itens objeto de hedge e instrumentos de hedge à LIBOR seja substituída pela SOFR até 2023. Sempre que ocorrer a substituição, A Companhia espera aplicar as alterações à norma relacionadas à contabilidade de hedge. No entanto, há incerteza sobre quando e como a substituição pode ocorrer. Quando a alteração ocorre no item objeto de hedge ou no instrumento de hedge, a Companhia irá remensurar a alteração acumulada no valor justo do item objeto de hedge ou no valor justo do swap de taxa de juros, respectivamente, com base na SONIA. As relações de hedge podem sofrer ineficácia de hedge se houver diferença de momento ou outro descasamento entre a transição do item objeto de hedge e do instrumento de hedge para a SONIA. A Companhia não espera que os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa sejam reclassificados imediatamente para o resultado devido à transição do IBOR.

Além disso, uma série de novas normas entrará em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS1)

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/ IAS 12)

Outras normas:

IFRS 17 Contratos de Seguro;

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Pronunciamento de Práticas IFRS 2).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/ IAS 8).

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. (Alterações ao CPC 26).

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e Bancos	202.512	294.808
Aplicações Financeiras	<u>24.750</u>	<u>182.926</u>
	<b><u>277.262</u></b>	<b><u>477.734</u></b>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente. O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre BB- e A+, baseado nas agências de rating S&P, Moody's e Fitch.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas a taxas médias de 82% a 101% do CDI em 2022 e 2021, respectivamente.

## 9 Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Cientes no País</b>		
Terceiros	1.031	-
Partes Relacionadas	6.966	13.821
<b>Cientes no Exterior</b>		
Partes Relacionadas	89.263	-
	<b><u>97.260</u></b>	<b><u>13.821</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>97.260</u></b>	<b><u>13.821</u></b>

## 10 Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Produtos acabados</b>		
Produtos acabados	167.594	-
<b>Produtos em elaboração</b>	6.661	-
Madeira	3.785	-
Outros	2.876	-
<b>Matérias primas e embalagens</b>	43.635	6.494
<b>Peças para reposição e consumíveis</b>	48.700	1.271
<b>Materiais de Almoxarifado e Outros</b>	9.728	1.335
<b>Adiantamento a Fornecedores</b>	4.232	-
	<u>280.550</u>	<u>9.100</u>

## 11 Tributos a recuperar

	2022	2021
COFINS a compensar (i)	219.880	143.679
PIS a compensar (i)	48.492	31.406
ICMS (ii)	170.703	141.231
INSS	1.012	785
IRPJ a recuperar de anos anteriores	232	42
CSLL a recuperar de anos anteriores	1.002	369
IRRF a recuperar	2	-
IRRF Sobre Operações Financeiras	6.538	4.906
Outros	858	8
	<u>448.719</u>	<u>322.426</u>
<b>Circulante</b>	<b>91.750</b>	<b>111.224</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>356.969</b>	<b>211.202</b>

- (i) Créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados, os quais serão futuramente utilizados para compensação de impostos federais. A Companhia estima que após o início da operação em 2022 esses tributos sejam recuperados, uma vez que, de acordo com a legislação esses créditos podem ser compensados com qualquer tributo federal.
- (ii) Créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados (CIAP). Espera-se que com a entrada em operação da companhia estes tributos serão recuperados.

## 12 Outros créditos

	2022	2021
Despesas antecipadas (i)	15.030	11.063
Seguros a receber	17.244	2.378
Adiantamentos a funcionários	392	183
Adiantamentos a fornecedores	1.428	1.516
	<u>34.094</u>	<u>15.140</u>

<b>Circulante</b>	<b>32.727</b>	<b>13.678</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.367</b>	<b>1.462</b>

- (i) Referem-se basicamente a gastos com seguros florestais, de maquinários, veículos, de engenharia de obras e lucros cessantes.



## 13 Imobilizado

A movimentação dos valores do custo do ativo imobilizado e depreciação, bem como os saldos iniciais e finais são apresentados a seguir:

	<b>Terrenos</b>	<b>Edifícios</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Controle Ambiental</b>	<b>Equipamento e Processamento de Dados</b>	<b>Benfeitoria em Imóveis de Terceiros</b>	<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Projetos em Andamento</b>	<b>Adiantamento para Compra de Imobilizado</b>	<b>Total</b>
<b>Custo do Imobilizado Bruto</b>											
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>3.114</b>	<b>2.407</b>	<b>7.967</b>	<b>26</b>	<b>4.701</b>	<b>-</b>	<b>947</b>	<b>8.963</b>	<b>1.043.246</b>	<b>1.417.865</b>	<b>2.489.236</b>
Adições	-	1.165	35.008	-	623	-	32	5.928	3.559.325	1.006	3.603.087
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2)	(193)	-	(1.890)	(2.085)
Reclassificação (entre grupos do ativo)	-	-	-	-	-	-	-	-	658.638	(658.638)	-
Efeitos de Conversão	230	246	1.496	2	403	-	71	861	(9.459)	38.168	32.018
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>3.344</b>	<b>3.818</b>	<b>44.471</b>	<b>28</b>	<b>5.727</b>	<b>-</b>	<b>1.048</b>	<b>15.559</b>	<b>5.251.750</b>	<b>796.511</b>	<b>6.122.256</b>
Adições (i)	-	65.122	1.298.706	680	4.012	2.586	1.446	2.814	32.743	(1.566)	1.406.543
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.009)	(93.009)
Reclassificação (entre grupos do ativo)	-	1.203.025	4.519.675	699	26.843	25.637	9.615	3.468	(5.140.462)	(648.500)	-
Efeitos de Conversão	(217)	23.858	96.908	(6)	(663)	113	(205)	(1.485)	(88.145)	(40.131)	(9.973)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>3.127</b>	<b>1.295.823</b>	<b>5.959.760</b>	<b>1.401</b>	<b>35.919</b>	<b>28.336</b>	<b>11.904</b>	<b>20.356</b>	<b>55.886</b>	<b>13.305</b>	<b>7.425.817</b>

**LD Celulose S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2022 e 2021*

	<b>Terrenos</b>	<b>Edifícios</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Controle Ambiental</b>	<b>Equipamento e Processamento de Dados</b>	<b>Benfeitoria em Imóveis de Terceiros</b>	<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Projetos em Andamento</b>	<b>Adiantamento para Compra de Imobilizado</b>	<b>Total</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>											
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	-	(173)	(969)	(10)	(1.280)	-	(152)	(640)	-	-	(3.224)
Adições	-	(168)	(1.874)	(5)	(849)	-	(93)	(981)	-	-	(3.970)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação (entre grupos do ativo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de Conversão	-	(56)	(252)	(2)	(361)	-	(41)	(191)	-	-	(903)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	-	(397)	(3.095)	(17)	(2.490)	-	(286)	(1.812)	-	-	(8.097)
Adições	-	(12.589)	(88.688)	(57)	(2.864)	(881)	(410)	(1.465)	-	-	(106.954)
Redução do valor recuperável	-	(27)	4	(3)	(6)	-	(4)	36	-	-	-
Efeitos de Conversão	-	(246)	(908)	1	7	(3)	1	53	-	-	(1.095)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	-	(13.259)	(92.687)	(76)	(5.353)	(884)	(699)	(3.188)	-	-	(116.146)
<b>Composição líquida 2020</b>	<b>3.114</b>	<b>2.234</b>	<b>6.998</b>	<b>16</b>	<b>3.421</b>	<b>-</b>	<b>795</b>	<b>8.323</b>	<b>1.043.246</b>	<b>1.417.865</b>	<b>2.486.012</b>
Movimentação do Ativo	230	1.411	36.504	2	1.026	-	101	6.596	4.208.504	(621.354)	3.633.020
Movimentação da Depreciação	-	(224)	(2.126)	(7)	(1.210)	-	(134)	(1.172)	-	-	(4.873)
<b>Composição Líquida 2021</b>	<b>3.344</b>	<b>3.421</b>	<b>41.376</b>	<b>11</b>	<b>3.237</b>	<b>-</b>	<b>762</b>	<b>13.747</b>	<b>5.251.750</b>	<b>796.511</b>	<b>6.114.159</b>
Movimentação do Ativo	(217)	1.292.005	5.915.289	1.373	30.192	28.336	10.856	4.797	(5.195.864)	(783.206)	1.303.561
Movimentação da Depreciação	-	(12.862)	(89.592)	(59)	(2.863)	(884)	(413)	(1.376)	-	-	(108.049)
<b>Composição Líquida 2022</b>	<b>3.127</b>	<b>1.282.564</b>	<b>5.867.073</b>	<b>1.325</b>	<b>30.566</b>	<b>27.452</b>	<b>11.205</b>	<b>17.168</b>	<b>55.886</b>	<b>13.305</b>	<b>7.309.671</b>

(i) As adições incluem juros de empréstimos e mútuos, e montantes em aberto a serem liquidadas no exercício seguinte.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	25 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	4 a 30 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	3 a 5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8 anos
Veículos	5 a 15 anos

**a. Bens oferecidos em garantia**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía maquinários agrícolas e veículos de grande porte, no montante de R\$ 60.454, dados como garantia nas operações de empréstimos com os bancos IDB Invest, IFC International Finance Corporation e Finnvera.

**b. Custos capitalizados**

O montante dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ R\$ 129.236 (R\$ 106.203 em 2021). Para determinar os custos de empréstimos passíveis de capitalização, ponderou-se o percentual de desembolso de cada ano e a proporção entre o tempo o valor de cada linha de empréstimo.

Além dos custos de empréstimos, foram capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 um montante de R\$ 3.133 (R\$ 7.413 em 2021) referente a mão de obra utilizada na construção da planta fabril.

**c. Provisão para redução ao valor recuperável**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam indicadores de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

A Administração não identificou indicadores de que os custos de seus ativos imobilizados estejam registrados por valores superiores aos seus valores de recuperação.

## 14 Arrendamentos

### a. Ativo de direito de uso

	Usufruto de Terras	Imóveis e Outros	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>246.763</b>	<b>405</b>	<b>247.168</b>
Remensuração	13.806	-	13.806
Depreciação	(7.824)	(261)	(8.085)
Efeitos de Conversão	18.085	308	18.394
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>270.830</b>	<b>452</b>	<b>271.283</b>
Adições	-	10.838	10.838
Remensuração	24.655	-	24.655
Depreciação	(7.927)	(1.256)	(9.183)
Efeitos de Conversão	(14.599)	(512)	(15.111)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>272.959</b>	<b>9.522</b>	<b>282.482</b>

Em fevereiro de 2020 a Companhia celebrou um contrato de usufruto de terras com a LD Florestal, para o qual identificou que existe um componente de arrendamento, de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2) Arrendamentos. Em decorrência desse contrato de usufruto a Companhia reconheceu em seu balanço um direito de uso e um passivo de arrendamento em atendimento aos requerimentos da norma.

### b. Passivo de arrendamento

Natureza dos contratos	2022		2021	
	Taxa média de desconto % a.a	Vencimento final	Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Usufruto de terras – LD Florestal	13,29%	Janeiro de 2050	259.930	235.679
Outros	4,35% a 23,69%	Maio de 2027 a Janeiro de 2050	10.276	-
<b>Circulante</b>			<b>2.448</b>	<b>979</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>267.758</b>	<b>234.700</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>				<b>223.721</b>
Pagamento de Principal				(866)
Pagamento de Juros				(31.732)
Apropriação de Juros (i)				30.750
Remensuração				13.806
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>				<b>235.679</b>
				10.773

Adições	
Pagamento de Principal	(1.708)
Pagamento de Juros	(34.969)
Apropriação de Juros (i)	34.969
Remensuração	25.462
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b><u>270.206</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>2.448</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>267.758</b>

- (i) Os montantes de R\$ 34.969 referentes a juros de arrendamentos de terras são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos, uma vez que os custos de arrendamento fazem parte do custo de formação dos ativos biológicos.

## 15 Ativo biológico

Movimentação dos ativos biológicos, bem como os saldos, são apresentados a seguir:

	<b>Reservas Florestais</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b><u>537.714</u></b>
Adições (aquisição de reservas florestais)	9.231
Vendas	(43.355)
Custo Capitalizado	83.229
Ajuste a valor justo	21.641
Baixa de valor justo	(875)
Efeitos de Conversão	<u>(1.864)</u>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b><u>605.721</u></b>
Adições (aquisição de reservas florestais)	24.663
Vendas	(45.509)
Custo Capitalizado (i)	118.148
Exaustão	(71.121)
Ajuste a valor justo	65.121
Baixa de valor justo	(14)
Efeitos de Conversão	<u>13.864</u>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b><u>710.873</u></b>

- (i) O custo capitalizado de R\$ 118.148 e as adições das reservas florestais de R\$ 24.663, deduzindo R\$ 9.183 de amortização de direito de uso e R\$ 34.969 de juros sobre arrendamentos capitalizados para ativos biológicos (efeitos não caixa), representam um saldo de R\$ 98.659 do efeito caixa, conforme demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 o plantio de árvores abrangia aproximadamente 41.588 hectares de plantações de Eucalipto e Pinus, que inclui desde plantações recentes quanto plantações com 14 anos. O montante investido de R\$ 45.734, refere-se a árvores com idade inferior a um ano e

considera-se que ainda não atingiram a maturidade.

## 16 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	252.419	275.829
Fornecedores partes relacionadas	3.100	-
Fornecedores estrangeiros	10.272	103.286
	<b>265.791</b>	<b>379.115</b>
<b>Circulante</b>	<b>265.791</b>	<b>379.115</b>

## 17 Outras contas a pagar

	Nota	2022	2021
Serviços Prestados - Partes Relacionadas (i)	20	33.161	41.770
Outros		36.015	13.485
		<b>69.176</b>	<b>55.255</b>
<b>Circulante</b>		<b>69.176</b>	<b>55.255</b>

- (i) Refere-se a reembolso de valores de serviços de engenharia e TI prestados pela Lenzing.

## 18 Empréstimos, financiamentos e mútuos

Modalidade	Nota	Taxa de Juros	Vencimento	2022	2021
IDB Invest (i)		2,25% a 2,55% p.a + Libor	jun/31	2.552.925	2.130.922
IFC (ii)		2,25% a 2,55% p.a + Libor	jun/31	2.536.635	2.113.354
Finnvera (iii)		3,24% p.a	jun/33	625.062	438.801
LD Florestal S.A. mútuo (iv)	20	100% CDI	dez/23	12.445	93.279
				<b>5.727.067</b>	<b>4.776.356</b>
<b>Circulante empréstimos</b>				<b>416.762</b>	<b>6.024</b>
<b>Circulante mútuo</b>				<b>7.039</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante empréstimos</b>				<b>5.297.860</b>	<b>4.677.054</b>
<b>Não circulante mútuo</b>				<b>5.406</b>	<b>93.278</b>

- (i) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto ao banco internacional IDB – Inter-American Investment Corporation, no montante US\$500.000, segregados em *Loan A* (US\$250.000) e *Loan B* (US\$250.000). O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$46.000 (R\$ 258.745) foi recebida em 28 de setembro de 2020. O total recebido até 31 de dezembro de 2022 foi de US\$ 500.000 (R\$ 2.608.850). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2031 para o *Loan A* e 15 de junho de 2029 para *Loan B* e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.
- (ii) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto ao banco internacional IFC – International Finance Corporation, no montante de US\$500.000, segregados em *Loan A* (US\$250.000) e *Loan B* (US\$250.000). O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$46.000 (R\$ 258.745) foi recebida em 28 de setembro de 2020. O total recebido até 31 de dezembro de 2022 foi de US\$ 500.000 (R\$ 2.608.850). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2031 para o *Loan A* e 15 de junho de 2029 para *Loan B* e possui carência de 3,5 anos

para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.

- (iii) Contrato de financiamento de longo prazo obtido junto a agência de crédito à exportação Finnvera e mais sete bancos, no montante de US\$ 147.200. O valor será liberado pelo banco em tranches, sendo que a 1ª parcela de US\$40.661 (R\$227.492) foi recebida em 21 de outubro de 2020. O total recebido até 31 de dezembro de 2022 foi de US\$ 140.602 (R\$ 733.618). O contrato tem vencimento em 15 junho de 2033 e possui carência de 3,5 anos para início dos pagamentos do valor principal em 15 de dezembro de 2023. Os juros serão pagos semestralmente com início em 15 de dezembro de 2020.
- (iv) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. O IOF decorrente da operação deste empréstimo vem sendo calculado e recolhido conforme determina a legislação vigente. Em 28 de outubro de 2019 foi celebrado o 1º aditamento ao contrato de mútuo, aumentando o limite do valor de R\$ 58.468 para R\$177.452.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

<b>Ano de Vencimento</b>	<b>2022</b>
2023	423.801
2024	803.878
2025	798.472
2026	798.472
Acima de 2026	<u>2.902.444</u>
	<u><b>5.727.067</b></u>

A Companhia mantém em seus financiamentos e empréstimos, garantias usuais de mercado.

A movimentação dos saldos de empréstimos são apresentados a seguir:

	<b>Empréstimos</b>	<b>Mútuos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<u><b>1.517.784</b></u>	<u><b>136.055</b></u>	<u><b>1.653.839</b></u>
Captação de Empréstimos	2.990.626	-	2.990.626
Custos Iniciais de transação	(48.821)	-	(48.821)
Apropriação de Juros	107.752	5.276	113.028
Pagamento de Principal	-	(47.279)	(47.279)
Pagamento de Juros	(105.003)	(247)	(105.250)
Variação Cambial	-	(527)	(527)
Efeitos de Conversão	<u>220.740</u>	<u>-</u>	<u>220.740</u>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<u><b>4.683.078</b></u>	<u><b>93.278</b></u>	<u><b>4.776.356</b></u>
Captação de Empréstimos	1.357.356	-	1.357.356
Custos Iniciais de transação	(33.248)	-	(33.248)
Apropriação de Juros	201.469	5.326	206.795
Pagamento de Principal	-	(85.460)	(85.460)
Pagamento de Juros (i)	(189.575)	(699)	(190.274)
Efeitos de Conversão	<u>(304.458)</u>	<u>-</u>	<u>(304.458)</u>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<u><b>5.714.622</b></u>	<u><b>12.445</b></u>	<u><b>5.727.067</b></u>

O montante de R\$201.469 referente provisionamento de juros sobre empréstimos no ano, R\$129.236 foi capitalizados no ativo e o saldo de R\$ 72.233 permaneceram no resultado. O montante de R\$ 5.326 referente juros sobre mútuo, R\$ 5.106 foram capitalizados no ativo,

R\$ 220 permace no resultado, totalizando R\$ 72.453 conforme demonstrado no fluxo de caixa.

## 19 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

### a. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>189.960</b>	<b>(127.501)</b>
<b>Adições permanentes:</b>		
Subcapitalização (Thin Capitalization)	35.050	16.170
Despesas indedutíveis	1.211	4.090
Despesas com Juros de Arrendamento	34.977	30.749
Depreciação Arrendamentos	9.924	8.085
Outras adições permanentes	1.208	1.497
<b>Adições temporárias:</b>		
Variação no Valor Justo de Ativos Biológicos	11.636	9.883
Provisões	44.350	43.064
<b>Exclusões permanentes:</b>		
Arrendamentos (usufruto de terras)	(36.679)	(31.732)
<b>Exclusões temporárias:</b>		
Variação no valor justo de ativos biológicos	(65.316)	(38.912)
Reversão de provisões	(39.136)	(15.660)
<b>Efeito de conversão do resultado</b>	<b>(72.037)</b>	<b>49.650</b>
<b>Base fiscal do imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>115.148</u></b>	<b><u>(50.617)</u></b>
(-) Compensação da base negativa	(34.545)	-
<b>Base da Contribuição Social após compensação</b>	<b><u>80.603</u></b>	<b><u>-50.617</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes pela alíquota fiscal combinada de 34%	27.406	-
Efeito de conversão	(419)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>26.987</b>	<b>-</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>15.459</b>	<b>(3.333)</b>



<b>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b>	<b>(42.446)</b>	<b>(3.333)</b>
Alíquota efetiva	22,34%	2,61%

**b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos**

Em função da base tributária dos ativos e passivos ser mantida em Real por seu valor histórico e a base contábil em dólar (moeda funcional), as flutuações na taxa de câmbio impactam a base tributária e as consequentes despesas/receitas de imposto diferido são registradas no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:		
Prejuízo fiscal	13.739	25.808
Provisões	19.588	18.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:		
Efeito da moeda funcional sobre ativo imobilizado e ativo intangível	(44.918)	(49.561)
Efeito da moeda funcional sobre ativo biológico	(34.665)	(16.735)
Efeito da moeda funcional sobre estoques	(606)	(42)
Arrendamentos (usufruto de terras) (diferença temporária)	(1.403)	(12.259)
<b>Passivo fiscal diferido líquido</b>	<b>(48.265)</b>	<b>(34.143)</b>
Efeito da conversão do resultado	32.806	37.476
Imposto de renda e contribuição social diferido – Resultado	(15.459)	3.333

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo somado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social mantido pela Companhia era de R\$ 40.408 e R\$ 74.953 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa.

**20 Transações com partes relacionadas**

As controladoras diretas da Companhia são a Dexco S.A e a Lenzing Aktiengesellschaft.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de operações de empréstimos da Companhia, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, encargos, benefícios e remuneração variável. O valor total pago à Diretoria durante o exercício de 2022 totalizaram um montante de R\$ 2.740 (R\$ 2.263 em 2021).

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Contas a receber LD Florestal S.A		3.538	2.282
Contas a receber Dexco S.A.		3.428	11.384
Contas a receber Lenzing		<u>89.263</u>	<u>-</u>
		<b><u>96.229</u></b>	<b><u>13.666</u></b>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar – Lenzing	17	33.161	39.331
Passivo de arrendamento (usufruto de terras) -LD Florestal S.A	14	1.064	979
Mútuo LD Florestal S.A		7.039	-
Contas a pagar - Dexco S.A.	17	<u>3.100</u>	<u>2.439</u>
		<b><u>44.364</u></b>	<b><u>42.749</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Passivo de arrendamento (usufruto de terras) LD Florestal S.A	14	259.930	234.700
Mútuo LD Florestal S.A	20	<u>5.406</u>	<u>93.278</u>
		<b><u>265.336</u></b>	<b><u>327.978</u></b>
<b>Resultado</b>			
Venda de serviços – LD Florestal (i)		61.370	26.471
Venda de serviços – Duratex Florestal (i)		13.775	1.770
Venda de reservas florestais - Duratex Florestal	22	51.595	45.742
Venda de exportação de produtores - Pulp Trading	22	<u>753.560</u>	<u>-</u>
		<b><u>880.300</u></b>	<b><u>73.983</u></b>

- (i) Referem-se a prestação de serviços florestais, tais como: adubação, plantio, combate a formigas, irrigação etc., realizados pela LD Celulose nas florestas de propriedade da LD Florestal e Duratex Florestal

### Partes relacionadas indiretas

		<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Banco Itaú S.A (i)		11.719	69.840
SWAP (Banco Itaú S.A) (ii)		68.149	-
		<u>79.868</u>	<u>69.840</u>
<b>Passivo circulante</b>			
NDF (Banco Itaú S.A) (ii)		8.298	49.982
SWAP (Banco Itaú S.A.) (ii)		<u>-</u>	<u>4.844</u>
		<b><u>8.298</u></b>	<b><u>54.826</u></b>

- (i) Refere-se ao saldo de caixa e equivalentes de caixa junto ao Banco Itaú, pertencente ao mesmo grupo econômico da coligada Dexco S.A.
- (ii) A empresa possui empréstimos contratados com correção pela taxa flutuante (LIBOR), e para mitigar flutuações na taxa, possui o contrato de swap junto ao Itaú, pertencente ao grupo econômico da coligada Dexco S.A.

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social integralizado era de R\$ 2.913.722 (R\$ 2.278.922 em 31 de dezembro 2021) o qual está representado por 2.913.722 ações (2.278.922 em 2021), todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2022		2021	
	Montante	Participação %	Montante	Participação %
Lenzing Aktiengesellschaft	1.485.998	51%	1.162.250	51%
Dexco S.A	1.427.724	49%	1.116.672	49%
	<b>2.913.722</b>	<b>100%</b>	<b>2.278.922</b>	<b>100%</b>

Em 2022 a Dexco S.A realizou aporte de capital no valor de R\$ 311.052 em dinheiro e a Lenzing AG aportou o montante de R\$ 323.748 em dinheiro, totalizando o valor de R\$ 634.801.

### b. Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações em moeda estrangeira.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em fluxo de caixa na pendência do reconhecimento posterior, detalhadas na Demonstração do Resultado Abrangente.

## 22 Receita operacional líquida

	Nota	2022	2021
<b>Receita bruta</b>			
Vendas de serviços - mercado interno	20	75.145	28.242
Venda de energia elétrica	-	8.123	-
Venda de mercadoria – mercado interno	-	5.377	-
Venda de mercadoria – mercado externo	20	753.560	-
Venda de reservas florestais	20	51.595	45.742
		<b>893.800</b>	<b>73.984</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>			
Impostos sobre vendas		(19.706)	(6.861)
		<b>(19.706)</b>	<b>(6.861)</b>
<b>Total receita operacional líquida</b>		<b>874.094</b>	<b>67.123</b>

## 23 Despesas por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Varição nos estoques de produtos acabados e, em elaboração	172.618	-
Depreciação_Amortização	(127.428)	(12.891)
Energia	(84.151)	(2)
Custo com pessoal	(91.229)	(49.362)
Serviços de terceiros	(99.771)	(7.742)
Exaustão	(116.730)	(44.708)
Depreciação_Amortização	(106.796)	(3.791)
Outros	(10.264)	(14.110)
Varição do valor justo do ativo biológico	119.471	-
<b>Total dos custos dos produtos vendidos</b>	<b><u>(344.280)</u></b>	<b><u>(132.606)</u></b>
Depreciação e amortização	(230)	-
Despesas com pessoal	(3.676)	-
Frete sobre vendas	(118.769)	-
Outras despesas	(3.964)	-
<b>Total das comerciais</b>	<b><u>(126.639)</u></b>	<b><u>-</u></b>
Gastos com pessoal	(37.683)	(23.245)
Serviços de terceiros - Adm	(47.323)	(30.523)
Gastos com manutenção	(5.783)	(2.680)
Impostos e taxas Adm	(7.907)	(5.827)
Depreciação_Amortização Adm	(4.501)	(2.483)
Outras despesas Administrativas	(7.650)	(13.020)
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>	<b><u>(110.847)</u></b>	<b><u>(77.778)</u></b>
<b>Total das despesas por natureza</b>	<b><u>(581.766)</u></b>	<b><u>(210.384)</u></b>

## 24 Outras receitas (despesas) operacionais

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Ajuste do valor justo de ativos biológicos	-	20.766
Venda de Sucatas	678	761
Outras	332	4.839
	<b><u>1.010</u></b>	<b><u>26.366</u></b>

<b>Outras despesas operacionais</b>		
Outras	<u>(11.512)</u>	<u>(135)</u>
	<b><u>(11.512)</u></b>	<b><u>(135)</u></b>
	<b><u>(10.502)</u></b>	<b><u>26.231</u></b>

## 25 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	31.016	18.131
Receita Variação cambial realizada	640	12.692
Receita Variação cambial não realizada	28.114	-
Outras receitas financeiras	<u>490</u>	<u>9</u>
	<b><u>60.260</u></b>	<b><u>30.832</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e mútuos	(102.425)	(6.825)
Despesa variação cambial realizada	(3.373)	(32.929)
Despesa variação cambial não realizada	<u>(46.328)</u>	<u>(1.549)</u>
	<b><u>(152.126)</u></b>	<b><u>(41.303)</u></b>
<b>Receitas/Despesas Financeiras Líquidas</b>	<b><u>(91.866)</u></b>	<b><u>(10.471)</u></b>

## 26 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do segmento de atuação) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas através de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui instrumentos financeiros para proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira e taxas de juros.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco operacional;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

- Risco de taxa de câmbio e juros; e
- Risco de preço de ativos biológicos.
- 

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**a. Risco operacional**

As operações da Companhia consistem na produção e venda de celulose, sendo tais operações concentradas em partes relacionadas. Desta forma, a Administração avalia o risco de mercado operacional como sendo baixo.

**b. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para proteger a sua exposição aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre os seus compromissos indexados à moeda estrangeira e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>Valor Justo</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativo</b>		
NDF - BNP Paribas	-	356
SWAP - Banco Itaú	68.149	-
SWAP - Banco Santander	71.824	-
SWAP - Goldman Sachs	68.887	-
	<b>208.860</b>	<b>356</b>
<b>Passivo</b>		
NDF – Banco Santander	-	3.852
NDF – BNP Paribas	643	-
NDF – Banco Itaú	8.298	49.982
SWAP - Banco Itaú	-	4.840
SWAP - Banco Santander	-	3.341
SWAP - Goldman Sachs	-	4.116
	<b>8.941</b>	<b>66.131</b>

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e foram classificadas conforme quadros a seguir:

	Nota	Nível	2022			2021		
			Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado	Total	Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado	Total
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalente de caixa	8		-	202.511	202.511	-	294.808	294.808
Aplicações Financeiras	8	2	24.750	-	24.750	182.926	-	182.926
Instrumentos Financeiros Derivativos	26	2	208.860	-	208.860	356	-	356
Contas a Receber de Clientes			-	97.260	97.260	-	13.821	13.821
Outros Créditos	12		-	32.729	32.729	-	13.678	13.678
			<b>233.610</b>	<b>332.500</b>	<b>566.110</b>	<b>183.282</b>	<b>322.307</b>	<b>505.589</b>
<b>Passivos</b>								
Fornecedores	16		-	265.791	265.791	-	379.115	379.115
Financiamentos e empréstimos	18	2	-	5.727.067	5.727.067	-	4.776.357	4.776.357
Outras Contas a Pagar	17		-	69.176	69.176	-	55.255	55.255
Arrendamentos (usufruto de terras)	14		-	270.207	270.207	-	235.679	235.679
Instrumentos financeiros derivativos	26	2	8.941	-	8.941	66.131	-	66.131
			<b>8.941</b>	<b>6.332.241</b>	<b>6.341.182</b>	<b>66.131</b>	<b>5.446.406</b>	<b>5.512.537</b>

As NDF's estão designadas para hedge de fluxo de caixa e são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes.

**c. Riscos de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os instrumentos financeiros que submetem a Companhia a riscos de crédito da contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de proteção e contas a receber de terceiros e partes relacionadas.

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Companhia executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa, equivalentes de caixa e seus instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre BB- e A+, baseado nas agências de rating S&P, Moody's e Fitch.

Os riscos de créditos de clientes são administrados através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. As contas a receber de clientes concentram-se substancialmente com partes relacionadas.

A administração, estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condução financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente.

Os volumes de valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi de:

	2022	2021
Caixa e Bancos	202.512	294.808
Aplicações Financeiras	24.750	182.926
Instrumentos financeiros derivativos	208.860	356



Contas a receber de clientes	97.260	13.821
Outros créditos	<u>32.729</u>	<u>13.678</u>
	<u>566.111</u>	<u>505.589</u>

A Companhia opera com bancos com rating de crédito elevado, tanto para as operações normais, bancos e aplicações como para as operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os riscos de crédito estão relacionados com a classificação de risco realizada pelo Grupo Lenzing. A tesouraria da Companhia avalia as avaliações de crédito das contrapartes, principalmente no que diz respeito a mudanças negativas, para as operações de derivativo em especial e até a data de vencimento das operações, o risco é classificado como mínimo e não traz mudança significativa de valor. Adicionalmente, a Companhia reavalia as condições sempre que ocorrem ajustes significativos nas condições contratuais. Todas as contrapartes são avaliadas de acordo com a classe de investimento determinada pela agência de risco.

**d. Riscos de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não poder cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Adicionalmente a Companhia possui suporte financeiro de suas sócias, a Lenzing AG e Dexco S.A, o que mitiga seu risco de liquidez.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do fluxo de caixa gerado pelo aumento de capital de seus acionistas, financiamentos e empréstimos com partes relacionadas. A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia:

	<b>2022</b>					
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Fluxo de Caixa Contratual</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>2-5 anos</b>	<b>Superior a 5 anos</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	265.791	265.791	265.791	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.714.622	7.851.686	839.302	1.229.823	3.307.287	2.475.275
Mútuos com partes relacionadas	12.445	12.636	12.636		-	
Instrumentos financeiros derivativos	8.941	8.941	8.941	-	-	-
Outras contas a pagar	69.176	69.176	69.176	-	-	-
Arrendamento mercantil	270.207	967.353	35.348	35.348	106.045	780.611
<b>Total</b>	<b>6.341.182</b>	<b>9.175.583</b>	<b>1.231.194</b>	<b>1.265.171</b>	<b>3.413.332</b>	<b>3.255.886</b>

  

	<b>2021</b>					
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Fluxo de Caixa Contratual</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>2-5 anos</b>	<b>Superior a 5 anos</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	379.115	379.115	379.115	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.683.079	5.632.025	134.089	477.319	1.602.697	3.417.920
Mútuos com partes relacionadas	93.278	105.613	-	105.613	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	66.131	66.131	53.881	12.250	-	-
Outras contas a pagar	55.255	55.255	55.255	-	-	-
Arrendamento mercantil	235.679	894.054	32.140	32.041	95.711	734.162
<b>Total</b>	<b>5.512.537</b>	<b>7.132.193</b>	<b>654.480</b>	<b>627.223</b>	<b>1.698.408</b>	<b>4.152.082</b>

**e. Risco de taxa de câmbio e juros**

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**e.1 Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais suas aplicações financeiras, compras, vendas, empréstimos com partes

relacionadas e arrendamentos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da entidade. A moeda funcional da Companhia é o Dólar (US\$) e a moeda na qual essas transações são primariamente denominadas é o Real (R\$).

Está demonstrada a seguir, exposição líquida em moeda estrangeira, pelos montantes de principal (nocional em R\$) em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	24.850	198.709
Contas a receber	<u>97.260</u>	<u>13.821</u>
	<b><u>122.110</u></b>	<b><u>212.530</u></b>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	(265.791)	(379.115)
Mútuos	(12.445)	(93.278)
Sálarios, férias e encargos sociais	(20.998)	(12.035)
Passivo de arrendamento (usufruto de terras)	<u>(265.310)</u>	<u>(233.721)</u>
	<b><u>(564.544)</u></b>	<b><u>(718.149)</u></b>
<b>Exposição Líquida</b>	<b><u>(442.434)</u></b>	<b><u>(505.618)</u></b>

*Análise de sensibilidade - Cambial*

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

		2022 - Cenários				
	Risco	I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
<b>Exposição Patrimonial</b>						
1-Ativo em reais	Desvalorização Real	122.110	30.528	61.055	(30.528)	(61.055)
2-Passivo em reais	Valorização Real	<u>(564.544)</u>	<u>(141.136)</u>	<u>(282.272)</u>	<u>141.136</u>	<u>282.272</u>
<b>1+2</b>	<b>Efeito Líquido</b>	<b><u>(442.434)</u></b>	<b><u>(110.608)</u></b>	<b><u>(221.217)</u></b>	<b><u>110.608</u></b>	<b><u>221.217</u></b>

As cotações e atualizações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas juntos as fontes externas de mercado, como BACEN.

**e.2 Risco de taxa de juros**

Os principais montantes atrelados a taxas de juros, que são as operações de financiamentos, são preponderantemente obtidos junto aos bancos internacionais e ao mútuo celebrado com parte relacionada LD Florestal. Substancialmente a exposição da Companhia é com base em taxas de juros pré-fixadas. Assim, a administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a ser apresentado ou estressado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era de:

	2022	2021
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos financeiros</b>		
Aplicações Financeiras	24.750	182.926
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e mútuos	<u>(5.727.067)</u>	<u>(4.776.356)</u>
	<b><u>(5.702.317)</u></b>	<b><u>(4.593.430)</u></b>

**f. Análise de sensibilidade - Taxas de juros**

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				2022 - Cenários				
				Taxa de Juros Efetiva 31/12/2022	I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)
<b>Exposição Patrimonial</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>						
<b>1-Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	24.750	Variação CDI	13,65%	3.067	3.833	4.600	2.300	1.533
<b>2-Passivos financeiros</b>								
Empréstimo - terceiros	(5.714.622)	Variação LIBOR	5,21%	<u>(297.503)</u>	<u>(371.879)</u>	<u>(446.255)</u>	<u>(223.127)</u>	<u>(148.752)</u>
1 + 2				<u>(294.436)</u>	<u>(368.046)</u>	<u>(441.655)</u>	<u>(220.827)</u>	<u>(147.219)</u>

Uma reforma fundamental dos principais índices de referência da taxa de juros está sendo realizada globalmente, incluindo a substituição de algumas taxas interbancárias oferecidas (IBORs) por taxas alternativas quase sem risco (referidas como 'reforma do IBOR'). A Companhia tem exposições aos IBORs em seus instrumentos financeiros que serão substituídos ou reformados como parte dessas iniciativas de mercado. Há incerteza quanto ao momento e aos métodos de transição em algumas jurisdições onde a Companhia opera. A Companhia antecipa que a reforma do IBOR terá impacto na sua gestão de risco e contabilidade de hedge.

A Companhia monitora e gerencia a transição para taxas alternativas. A Companhia avalia até que ponto os contratos fazem referência aos fluxos de caixa do IBOR, se tais contratos precisarão ser alterados como resultado da reforma do IBOR e como gerenciar a comunicação sobre a reforma do IBOR com as contrapartes.

**g. Risco de preço de ativos biológicos**

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2022 R\$ 710.873 em ativos biológicos, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras.

**Análise de sensibilidade - Ativos biológicos**

O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados.

Para o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, para os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado apurados após a substituição das taxas de mercado utilizadas para apuração do valor justo registrado contabilmente por taxas estressadas de acordo com os cenários apresentados.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 67,32 /m<sup>3</sup>. Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 38.771.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 7,96% a.a. em 31 de dezembro de 2022. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 840.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

		<b>2022</b>				
		<b>Cenários - Preço de Mercado</b>				
		<b>I Provável</b>	<b>II 1%</b>	<b>III 5%</b>	<b>IV (1%)</b>	<b>V (5%)</b>
	Ativos Biológicos	710.872	7.109	35.544	(7.109)	(35.544)
		<b>710.872</b>	<b>7.109</b>	<b>35.544</b>	<b>(7.109)</b>	<b>(35.544)</b>
		<b>2021</b>				
		<b>Cenários - Preço de Mercado</b>				
		<b>I Provável</b>	<b>II 1%</b>	<b>III 5%</b>	<b>IV (1%)</b>	<b>V (5%)</b>
	Ativos Biológicos	605.721	6.057	30.286	(6.057)	(30.286)
		<b>605.721</b>	<b>6.057</b>	<b>30.286</b>	<b>(6.057)</b>	<b>(30.286)</b>
		<b>2022</b>				
		<b>Cenários - Taxa de Desconto</b>				
		<b>I Provável</b>	<b>II 1%</b>	<b>III 5%</b>	<b>IV (1%)</b>	<b>V (5%)</b>
	Ativos Biológicos	710.872	713	744	(698)	(667)
		<b>710.872</b>	<b>713</b>	<b>744</b>	<b>(698)</b>	<b>(667)</b>

	2021				
	Cenários - Taxa de Desconto				
	I Provável	II 1%	III 5%	IV (1%)	V (5%)
Ativos Biológicos	605.721	(283)	(1.406)	284	1.430
	605.721	(283)	(1.406)	284	1.430

## **h. Valor justo**

### ***h.1 Valor justo versus valor contábil***

Para todas as operações, exceto financiamentos e empréstimos, a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Em relação as operações de empréstimos e financiamentos que a Companhia possui com partes relacionadas (mútuos) e IFC e IDB, pode-se observar que a média das taxas, cujas respectivas operações estão indexadas, são substancialmente inferiores as taxas de mercado. Sendo assim, caso fosse aplicado algum critério de mensuração de valor justo, como por exemplo fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, por uma taxa livre de risco, a Administração entende que esse valor não refletiria uma melhor estimativa de pagamento ou que a diferença é irrelevante, de forma que, o saldo contábil já reflete a melhor estimativa. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

O valor justo, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os empréstimos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 Bolsa Brasil Balcão e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa “Cupom livre“, pois são operações em Dólar.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos é demonstrado abaixo:

	2022		2021	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	202.511	202.511	294.808	294.808
Aplicações financeiras	24.750	24.750	182.926	182.926
Instrumentos financeiros derivativos	208.860	208.860	356	356
Contas a receber de clientes	97.260	97.260	13.821	13.821
Outros Créditos	32.729	32.729	13.678	13.678
	<b>566.110</b>	<b>566.110</b>	<b>505.589</b>	<b>505.589</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	265.791	265.791	379.115	379.115
Empréstimos	7.851.686	5.714.622	5.632.025	4.683.078
Mútuos	12.636	12.445	105.613	93.278
Instrumentos Financeiros derivativos	8.941	8.941	66.131	66.131
Arrendamento Mercantil	967.353	282.482	894.054	271.283
Outras Contas a Pagar	69.176	69.176	55.255	55.255
	<b>9.175.583</b>	<b>6.353.457</b>	<b>7.132.193</b>	<b>5.548.140</b>

**i. Hierarquia de valor justo**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**j. Resultado referente aos instrumentos financeiros**

Os valores dos ganhos (perdas) referente as operações de instrumentos financeiros derivativos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 que afetaram a demonstração de resultado abrangentes da Companhia estão demonstrados conforme quadro a seguir:

	2022	2021
Perda	199.919	(66.131)
Ganho	-	356
	<b>199.919</b>	<b>(65.775)</b>

**k. Contabilidade de hedge**

A operação com instrumentos derivativos da Companhia tem como objetivo proteger seu Balanço Patrimonial da volatilidade cambial e não tem finalidade especulativa. Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia estão de acordo com as condições

solicitadas para qualificar-se como “Contabilidade de hedge”, descrita no CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado no patrimônio líquido resultados decorrente de operações de derivativos como hedge fluxo de caixa. Esta relação de hedge objetiva mitigar o custo fixo do período de janeiro à dezembro de 2022, o instrumento de hedge foi contratado pelas tesourarias dos sócios acionista, conforme a política de hedge, sendo que as contra-partes nestas operações não configuram o quadro de partes relacionadas.

O resultado reconhecido no patrimônio líquido referente hedge Accounting no período foi de R\$ 191.368, sendo R\$ 144.897. (perda) provenientes de Swap e R\$ 46.471 (perda) provenientes de Caixa e Equivalentes de Caixa.

### ***Estratégias de hedge***

Para a proteção de sua operação a Companhia utiliza a estratégia de hedge de fluxo de caixa, uma vez que a Companhia tem como objetivo a proteção dos custos operacionais incorridos na construção da fábrica de celulose no Brasil (CAPEX). Como a Companhia possui moeda funcional Dólar, identifica-se um risco devido as compras realizadas em moeda estrangeiras, das quais predomina-se o Real. A Companhia está exposta ao risco cambial nessas operações e a estratégia de *hedge* tem como principal objetivo reduzir esse risco de exposição.

Toda a estratégia de hedge é determinada pelo Grupo Lenzing para a cobertura dos riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (NDF) e também mantém em caixa valores em reais para compra de materiais.

A Companhia designa a relações de hedge na qual o objeto de hedge são os pagamentos e/ou recebíveis em moeda estrangeira (Real) dos contratos de compra e venda e como instrumentos de hedge os instrumentos financeiros derivativos (NDF) e a manutenção de caixa em moeda estrangeira (Real).

Os objetos de hedge estão atrelados aos seus instrumentos, desde a data de início até a data de fechamento de cada instrumento financeiro derivativo NDF, para os casos em que existe um descasamento entre a data dos desembolsos e/ou recebimentos é possível que haja prolongamentos posteriores dos instrumentos de *hedge* (NDF), que também são alocados para a estratégia de hedge.

Instrumentos financeiros designados como instrumentos de hedge e seus valores justos na data das demonstrações contábeis:

<b>Derivativos</b>		<b>Contra Parte</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
NDF (Hedge Accounting)	Ganho	Itaú		356
NDF (Hedge Accounting)	Perda	BNP Paribas	(643)	-
		Itaú	(8.298)	(49.982)
		Santander	-	(3.852)



		Itaú	68.149	-
		Santander	71.824	-
SWAP	Ganho	Goldman	68.887	-
		Itaú	-	(4.840)
		Santander	-	(3.341)
SWAP	Perda	Goldman	-	(4.115)

***Períodos em que se espera que o fluxo de caixa irá ocorrer e quando espera-se que eles sejam capitalizados no ativo***

Todos os itens do balanço patrimonial sujeitos a variação das taxas de câmbio e/ou taxas de juros representam exposições de valor justo. Todos os ganhos e perdas de exposições de valor justo são imediatamente reconhecidos no resultado da Empresa.

Todos os fluxos de caixa (*hedge accounting*) projetados não são reconhecidos no resultado da Companhia, eles são reconhecidos no patrimônio líquido até o momento de sua liquidação, e quando liquidados serão capitalizados no custo operacional, durante a fase de construção da fábrica de celulose. Portanto os instrumentos de *hedge* correspondentes não deverão ser reconhecidos no resultado e não deverão ser capitalizados antes da liquidação do item *hedgado* e por consequência da relação de *hedge* correspondente.

Segue abaixo a projeção de fluxo de caixa futuro e cronograma de vencimento das NDFs em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Período	Objeto de Hedge			Instrumento de Hedge			
	Budget BRL	Budget USD	% Hedge	Budget Hedge USD	Início	Vencimento	Instrumento-NDF
jan/23	66.578	12.760	66%	44.167	jun/22	fev/23	44.167
fev/23	41.704	7.993	65%	26.970	jun/22	mar/23	26.970
mar/23	43.960	8.425	66%	29.000	ago/22	abr/23	29.000
abr/23	50.214	9.624	51%	25.800	set/22	mai/23	25.800
mai/23	51.135	9.800	41%	21.000	out/22	jun/23	21.000
jun/23	50.705	9.718	32%	16.400	nov/22	jul/23	16.400
jul/23	49.622	9.510	22%	10.900	dez/22	ago/23	10.900
ago/23	52.110	9.987	11%	5.700	dez/22	set/23	5.700
	<b>406.028</b>	<b>77.817</b>		<b>179.937</b>			<b>179.937</b>

## **27 Eventos subsequentes**

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia recebeu um desembolso referente ao contratos de financiamentos de longo prazo do Finnvera, no montante de R\$ 28.391 (US\$ 5.405). As condições, taxas e prazos são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 18.

Luiz Antonio Kunzel  
Direto Presidente

João Batista Cardoso Sevilha  
Diretor Financeiro

Angela Maria Menezes de Resende Oliveira  
Contador CRC MG-062398/O-4